

Título do capítulo	CAPÍTULO 10 O MOVIMENTO TRANSFRONTEIRIÇO DE ONGS: “TRÊS PÁTRIAS, TRÊS CIDADES, UM SÓ POVO” – UM ESTUDO DE CASO
Autores(as)	Argemiro Rocha Bolívar Pêgo (Moderador)
DOI	DOI: http://dx.doi.org/10.38116/ISBN978-65-5635-007-3cap10

Título do livro	FRONTEIRAS DO BRASIL: UMA AVALIAÇÃO DO ARCO SUL
Organizadores(as)	Bolívar Pêgo Rosa Moura Maria Nunes Caroline Krüger Paula Moreira Gustavo Ferreira
Volume	5
Série	Fronteiras do Brasil
Cidade	Rio de Janeiro
Editora	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)
Ano	2020
Edição	1ª
ISBN	978-65-5635-007-3
DOI	DOI: http://dx.doi.org/10.38116/ISBN978-65-5635-007-3

© Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – ipea 2020

As publicações do Ipea estão disponíveis para *download* gratuito nos formatos PDF (todas) e EPUB (livros e periódicos). Acesse: <http://www.ipea.gov.br/porta/publicacoes>

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério da Economia.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

O MOVIMENTO TRANSFRONTEIRIÇO DE ONGs: “TRÊS PÁTRIAS, TRÊS CIDADES, UM SÓ POVO” – UM ESTUDO DE CASO¹

Argemiro Rocha²



Fonte: Equipe Fronteiras Ipea.

Bom dia a todos. Agradeço a oportunidade. O Movimento Transfronteiriço de ONGs já foi apresentado na fala do vereador Fernando Alonso, mas vou tentar resumir ao máximo a história e a atuação desse movimento em razão do tempo que temos e para não ficarmos repetindo ideias.

A frase que nos move – “três pátrias, três cidades, um só povo” – lembra que é a questão cultural que nós não podemos deixar de lado. Não consigo

1. DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/ISBN978-65-5635-007-3cap10>

2. Presidente da organização não governamental (ONG) Atelier Saladero. A apresentação pode ser vista por meio do *link*: <https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/apresentacoes/08_oficina_arco_sul_livro_5_apresentacao_argemiro_rocha_v_23_nov_2017.pptx>.

contar a história de Barra do Quaraí sem levar em consideração a influência do Uruguai – também não consigo fazer isso sem levar em consideração a influência da Argentina. É um povo que só se movimenta naquela região. Quando chegamos a Barra do Quaraí, em 2000, e começamos a criar o movimento, que é uma ONG, encontramos umas ruínas, que chegaram a ser depósito de lixo na cidade, mas que, para nós, tinham um valor eminente. Por quê? Porque ali se constituía o saladeiro. Todo mundo ouve falar, pelo Rio Grande do Sul inteiro, a respeito das charqueadas. Todo mundo sabe a influência que os charqueadores têm. Pouquíssimas vezes, porém, vi historiadores tratarem do saladeiro. Uruguaiana tem um comércio enorme, e foi justamente em razão do saladeiro de Barra do Quaraí³ que a cidade se tornou uma das maiores da fronteira oeste.

Em meados do século XIX, Barra do Quaraí não era emancipada, então o saladeiro foi altamente significativo. E o que ele tinha? Era um complexo capitalista de beneficiamento do charque, onde trabalhavam brasileiros, uruguaiois e argentinos. O capital era inglês, prioritariamente, mas havia também o dessas três nações (a impressão que dá é que essa história não faz parte do Brasil, e sim do Uruguai e da Argentina).

Quando enxergamos que essas ruínas, tomadas de mato, completamente abandonadas, eram altamente significativas, nos ocorreu uma ideia. Se naquela época, já em fins do século XIX, as pessoas se uniam economicamente e transformavam a sua região, por que nós não podemos nos unir e, com base nessa mesma ideia, fazer algo pela tríplice fronteira em uma união de entidades?

Daí nasceu a ideia de construirmos um movimento transfronteiriço, pois entendemos que os ingleses perceberam que Barra do Quaraí não era um canto, era um centro, era o conceito do Mercado Comum do Sul (Mercosul) ali exposto. Dessa maneira, as influências que vinham daquele lugar poderiam atingir toda a tríplice fronteira. Com esse pensamento, criamos o Movimento Transfronteiriço de ONGs, que nasceu em 2004. A partir de então, ele começou a tomar várias medidas, promover diversas ações, e nós idealizamos, por exemplo, o primeiro Pedalando Trinacional, cujo projeto era pedalar pelos dois parques: do Espinilho, no Brasil, até o Rincón de Franquía, no Uruguai – foram 20 km e 150 ciclistas participaram.

Desses movimentos surgiram ideias a respeito da unificação da legislação em relação ao rio Uruguai, por exemplo – os “pedalando” tinham um envolvimento bastante forte na defesa do meio ambiente, na defesa da união da tríplice fronteira. O Pedalando, assim, teve várias edições, e disso também nasceu a ideia do Corredor Biológico Trinacional. A iniciativa consistia em reunir esses parques que naturalmente

3. Mais detalhes disponíveis em: <<http://www.trinacional.com/cidade/saladero.html>>. Acesso em: 28 jun. 2019.

já existem – a região ali da Argentina é uma área militar, mas já há um movimento para que a desembocadura do rio seja uma unidade de conservação.

Nós tínhamos, do nosso lado, o parque do Espinilho. Historicamente, esse parque está em certo abandono – desde que foi criado, na década de 1970, nunca vimos a sua implementação. Assim, seja por meio da imprensa, da internet ou de outras mídias, nós insistíamos muito nessa questão. Do lado dos uruguaios, vimos uma movimentação crescente em torno do meio ambiente; do nosso lado, havia uma riqueza extraordinária, um tesouro literalmente mal guardado, que não era realmente considerado como deveria.

Em 2008 e 2009, a ONG fez pronunciamentos, veiculados pela imprensa, a respeito do pacto; até recentemente, trabalhamos pela constituição do Conselho do Parque Estadual do Espinilho. Vejam quanto tempo de luta, quanto tempo de bater na mesma tecla, para que hoje consigamos ter um conselho que ainda não saiu em portaria, não saiu do papel, e que parece estar sendo arrastado indefinidamente. Dentro do parque do Espinilho, começamos a agir de maneira bastante improvisada, mas era um sonho da comunidade poder ter posse daquela área. Assim, fizemos a primeira cavalgada ecológica do parque, e mesmo assim enfrentamos várias resistências a respeito desse tipo de ação dentro do local.

A figura 1 mostra a Ilha Brasileira, coração da tríplice fronteira e também do Corredor Biológico Trinacional. A ilha representa, para nós, junto com o Movimento Transfronteiriço, os vários projetos que temos idealizados. No entanto, pela ação de pescadores – às vezes, de caçadores e de pessoas da tríplice fronteira que percorrem o local também –, houve um incêndio criminoso em 2009. Assim, fizemos uma campanha, sobretudo por meio da internet, que repercutiu bastante dentro do estado, chamada SOS Ilha Brasileira, pedindo mudas de árvores nativas. Acho importante ressaltar que nós não chamamos somente biólogos brasileiros para fazer a relação das mudas nativas da ilha, pois achamos que aquele território tem muito estudo uruguaio e muito estudo argentino. Ficaria muito deslocado da nossa realidade, portanto, chamar apenas biólogos brasileiros e fazer uma relação das árvores nativas da ilha, que são diferentes das nativas do continente. O que fizemos? Uma reunião em Bella Unión, onde chamamos biólogos uruguaios e argentinos, e dali tiramos uma relação das árvores nativas que deveriam ser replantadas na ilha após esse incêndio. Em seguida, começamos a pedir mudas a todas as entidades e empresas. Nossa surpresa veio do governo do estado, que nos enviou 10 mil mudas de árvores nativas dentro daquela relação.

FIGURA 1
Ilha Brasileira na foz dos rios trinacionais



Fonte: Trinacional. Disponível em: <<http://www.trinacional.com/ambiente/pesca.html>>. Acesso em: 28 jun. 2019.
Elaboração do autor.

Nós somos uma ONG pequena, temos poucos recursos, então o que faríamos com 10 mil mudas de árvores nativas? Tivemos que apelar para nossas instituições. Assim, estiveram presentes nesse quase um ano de ações de reflorestamento da Ilha Brasileira instituições como o Exército Brasileiro, a Polícia Federal (PF), escolas e universidades (Universidade Federal do Pampa – Unipampa) – transportamos as mudas do continente para a ilha com nossos próprios recursos, e consolidamos o Movimento Transfronteiriço honrando o lema de que meio ambiente não pode ter fronteira. Todas essas instituições estiveram presentes na Ilha Brasileira, fizeram um plantio, nos auxiliaram enormemente. Houve períodos em que chegamos a colocar setenta pessoas dentro da ilha, com um único barco de pescadores praticamente.

A ONG Atelier Saladero, da qual eu sou presidente, fez também um movimento de tirar a Ilha Brasileira da situação de abandono em que ela vive. Pensou-se em um projeto para retirar da esfera federal a atribuição de cuidar da ilha, o que não ocorre, e passá-la para a esfera municipal. Isso está em encaminhamento, mas temos essa esperança.

Como o vereador Fernando Alonso citou, esse marco é um patrimônio histórico nacional completamente abandonado na Ilha Brasileira, guardando toda uma história. Nós o encontramos e o batizamos de Marco Imperial de 1862, e a nossa preocupação é fazer esse resgate histórico que fala muito da união dos três países nessa ilha. Periodicamente, somos nós que fazemos a limpeza do local, porque senão ele fica em completo abandono, prejudicando até a sua estrutura, que pode vir a desmoronar devido a essa falta de cuidado. Costumamos dizer que os brasileiros da monarquia zelavam mais pela eternidade do nosso território que os republicanos.

Há algo mais que merece destaque: a história do seu Zeca (figura 2), uma fronteira de carne e osso. Morou na Ilha Brasileira durante quarenta anos, sem luz elétrica, sem água potável, criou sua família e é um representante dessa união das fronteiras naquele espaço. Zelamos muito por sua memória, uma vez que ele foi o guardião da Ilha Brasileira – existem histórias fantásticas a seu respeito. Sua casa, no centro da ilha, é um local de visitação para todas as pessoas que levamos até lá. Um ano depois da morte do seu Zeca, erigimos um cruzeiro na ponta da ilha e fizemos a primeira missa do local em sua memória.

FIGURA 2
Seu Zeca, guardião da Ilha Brasileira



Fonte: ONG Atelier Saladero.

Há trilhas na Ilha Brasileira que utilizamos para levar as pessoas para conhecer o ecossistema, como o vereador Fernando Alonso já falou. No Uruguai, estamos fazendo a observação de aves na ilha, fotografando e registrando os animais, além de travessias de canoagem (essas travessias são comuns e agora, cada vez mais intensamente, percorrem o rio Quaraí e chegam à Ilha Brasileira; em seguida, vão à Argentina e ao Uruguai). Junto a isso, incentivamos os torneios de xadrez trinacional, já realizado inúmeras vezes, com a participação bastante expressiva dos três territórios. Há uma menina de Barra do Quaraí que é a terceira da sua categoria dentro do estado do Rio Grande do Sul, e ela aprendeu muito sobre xadrez nesse convívio com uruguaios e argentinos – quero salientar sempre isto: não há idade para o xadrez.

Integramos o Comitê de Bacia do Rio Quaraí, no qual o Movimento Transfronteiriço e a ONG Atelier Saladero fazem questão de marcar presença e pedir que o comitê seja mais objetivo em suas ações. Vemos que, muitas vezes, parece que é uma reunião de bons senhores que, periodicamente, encontram-se e tratam de diversos assuntos, mas, na bacia mesmo, nós não percebemos ações.

A ONG esteve envolvida na organização das reuniões preparatórias para essa oficina. Consideramos, com imenso orgulho, a quantidade de instituições da tríplice fronteira que compareceram. Destaco, ainda, algumas imagens importantes de Barra do Quaraí: *i*) as ruínas do saladeiro, uma homenagem que fizemos aos braços uruguaio, brasileiro e argentino, que construíram o complexo saladeiro; *ii*) a ponte de ferro, uma das mais belas do estado e a mais conservada, infelizmente à margem (essa ponte era para estar no rio Voga, e por causa da Crimeia foi parar em Barra do Quaraí, porque os ingleses tinham essa intenção); e *iii*) a nossa estação férrea – vejam o patrimônio histórico e cultural em abandono, infelizmente (figura 3).

FIGURA 3

Espaços e ruínas de Barra do Quaraí

3A – Ruínas do saladeiro



3B – Peão do saladeiro



3C – Ponte de ferro



3D – Estação ferroviária



Fonte: ONG Atelier Saladero.

Aqui nesse contexto de abandono, há outros dois problemas. O primeiro é o mexilhão-dourado, nessa altura do rio Quaraí. Em 2004, graças a uma ação que fizemos na Argentina, a ONG foi a primeira a denunciar a presença do mexilhão-do-rio. Fomos contestados pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), mas contestamos o órgão e, também, o então secretário de meio ambiente do Rio Grande do Sul. O político não acreditou na ONG, quis desacreditar o alerta, porém, com base nas pesquisas de argentinos, que são referência em toda a América Latina a respeito do mexilhão-dourado, questionamos essas instituições e mostramos que estavam equivocadas. Esses pesquisadores estiveram em Barra do Quaraí para atestar que nós estávamos certos e que, a essa altura, o mexilhão estava invadindo as águas internacionais. O professor que tinha a pesquisa como referência passou uma semana na cidade estudando o tema, algo que não ocorreu com as universidades brasileiras.

Essa é a nossa crítica. Depois que começamos a falar desse problema, nos responderam que havia “uma professora da Unicamp [Universidade Estadual de Campinas], assim, que fez...”. Nós não vimos essa docente na comunidade, falando para o pescador qual era o problema, como é que esse problema da natureza se multiplicava – não houve nenhuma conscientização. Isso foi feito, porém, por esse professor de Buenos Aires. Não adianta chegar e fazer toda uma pesquisa e não deixar algum resultado na comunidade. Atualmente, o mexilhão-dourado está em que altura do Mato Grosso? Por onde ele avançou? Se tivessem, naquela época, realizado o esclarecimento devido, essa situação talvez estivesse minimizada.

Com os poucos recursos que a ONG tem, com toda a nossa dificuldade, tivemos a ideia de fazer peças de artesanato com a quantidade de mexilhão que existe lá. Condenaram-nos! Não podíamos fazer nem essas corujinhas, porque o mexilhão tem uma toxina “e tu não sabe o que acontece, e tu não pode aproveitar o mexilhão-dourado”. Deixe que ele tome conta do rio, então. Atualmente, o mexilhão-dourado, no rio Quaraí, está aquele tapete: o fundo do rio fica um tapete de mexilhão na época do verão.

O segundo problema é sobre aquele senhor que, anualmente, leva cerca de 5 t de agasalhos para Barra do Quaraí. Ele arrecada essas peças na grande Porto Alegre e faz o trabalho de doação. A ideia dele é a seguinte: “bom, isso aqui é uma fronteira, e eu gostaria de pegar essas toneladas de agasalho. Já que Barra do Quaraí está bem contemplada, vou levar para o lado do Uruguai”. O que aconteceu? Ele não levou, não pôde fazer uma ação voluntária, pegar aquelas roupas e passar para Bella Unión, que é a nossa vizinha. Resultado: parece que o Mercosul não existe e não favorece os povos. A única coisa que ele queria era ajudar. É a nossa memória, onde registramos tudo o que fazemos, e queria agradecer por este espaço, mesmo sendo breve o tempo.⁴ Com cada um desses *slides*, podemos desenvolver

4. Mais detalhes disponíveis em: <www.trinacional.com>.

várias ideias que constituem o histórico da ONG Atelier Saladero e do Movimento Transfronteiriço de ONGs. Muito obrigado.

Bolívar Pêgo (Ipea – moderador)

Nós que agradecemos, Argemiro. Parabéns pelo importante trabalho na tríplice fronteira. Passamos, agora, aos debates. Vamos abrir a palavra para questões, dúvidas, perguntas.

DEBATES

José dos Santos de Oliveira (Núcleo de Fronteira do Rio Grande do Sul)

Estou muito feliz com o fechamento do dia de hoje. Depois de colocarmos todos os problemas, foi um fechamento que apresentou soluções, realidades boas, e mostrou que é possível realizar os sonhos dos moradores da fronteira. Muito obrigado!

Luiz Alberto Gomes (Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária – Infraero)

Nós temos um problema aqui, pois, todas as vezes que colegas nossos de outros estados vêm nos visitar, enfrentam um obstáculo muito grande quando chegam. E esse obstáculo pode ser resolvido desde que haja interesse de alguém tomar uma atitude – essa atitude tem que partir da Câmara de Vereadores, como foi feito lá em Foz do Iguaçu, onde a carteira de motorista serve como documento para passar para o lado argentino da fronteira. É preciso ver a possibilidade de simplificar essa burocracia, já que quem nos visita, muitas vezes sem a carteira de identidade, fica frustrado, porque não tem conhecimento disso. Eu falei com o cônsul, e ele disse que o que falta é interesse político dos brasileiros. Gostaria de dizer para o companheiro de armada, também Fuzileiro Naval, que leve esse assunto às autoridades. É só até Paso de los Libres, não além, apenas dentro da sede urbana do município.

Irani Fernandes (vereador por Uruguaiana)

Em relação ao posicionamento de Luiz Alberto, nós, da administração pública, acreditamos na possibilidade de que essa integração seja feita. No entanto, ainda não temos no Brasil um órgão que unifique todas as nossas identidades – há estados que não dialogam um com o outro e emitem a carteira de identidade, mas ela não dá acesso aos dados, não existe um cadastro único. O Brasil ainda não tem isso, e seus estados estão se ajustando. Já na Argentina, só conseguimos passar com a nossa carteira de identidade: não passamos nem com a carteira de identidade militar, mesmo que ela tenha fé pública e seja aceita em todo o território nacional. Então, não há uma maneira (e isso é uma regra das fronteiras) de aceitar apenas aquelas carteiras que são emitidas pelos estados por meio do instituto de identificação – no Rio Grande Sul, a Secretaria de Segurança Pública; no Rio de Janeiro, o Instituto de Identificação Félix Pacheco etc.

Participante não identificado

O tempo de validade é de até dez anos. Máximo de dez anos.

Alexandre Cunha (Ipea)

Essa regra não existe, não está na lei, é citada pelo atendente do guichê.

Irani Fernandes (vereador por Uruguaiana)

Pelo menos nós, que moramos aqui entre Paso de los Libres e Uruguaiana, precisamos ter a liberdade de poder entrar com outro documento com fotografia que não seja apenas a carteira de identidade.

Luiz Alberto Gomes (Infraero)

O acordo de Recife e o acordo de Fortaleza são dois instrumentos que, bem utilizados, podem também simplificar a vida aqui, ainda mais nesse momento de crise, de muita evasão dos argentinos. Como há muito acidente, então, o que está acontecendo? Se há um acidente aqui, que geralmente acontece no sentido Uruguaiana, a aeronave vem da Argentina, vai a Porto Alegre e leva o acidentado, mas volta lá no diretor para poder sair – ou acontece a mesma coisa se for o contrário. Onde estão os nossos direitos humanos de saúde? Isso é algo que está marcado/determinado e que precisa simplesmente do interesse de quem está no poder. Pensamos em tornar operacional o aeroporto binacional, porém temos que fazer o Mercosul funcionar, porque ele só existe hoje no papel.

Irani Fernandes (vereador por Uruguaiana)

Temos que estudar mais esse assunto para que possamos criar essa facilidade.

Fernando Alonso (vereador por Barra do Quaraí)

Sugiro, como encaminhamento desta oficina, que sejam considerados outros documentos oficiais, como a carteira de habilitação, que é um documento oficial, para a entrada em território argentino.

João Carlos Noronha (Companhia Riograndense de Saneamento – Corsan)

Bom dia a todos. Represento a Secretaria de Meio Ambiente do estado e atuo em toda esta região. O secretário Vicente Bogo falou sobre os consórcios e o Sistema Integrado de Saúde das Fronteiras (SIS-Fronteiras), e isso é realmente algo que seria muito bom para a nossa região, mas infelizmente vivemos a realidade da dificuldade. Outro ponto: como faço parte do comitê de Barra do Quaraí, há muito tempo se tenta oficializar um comitê binacional para cuidar da bacia do rio Quaraí – com a participação do Uruguai, que se envolve oficialmente em algumas questões. Temos uma dificuldade enorme de trabalhar essa parte, como falávamos

ontem. Os pacientes da saúde de Barra do Quaraí, que ontem foi citada, utilizam o hospital de Bella Unión, porém depois disso, infelizmente, não é possível repassar recursos para esse hospital, porque a lei não permite.

O vereador Irani Fernandes falou sobre a atividade municipal, que praticamente não existe nos momentos em que são criadas essas ideias, essas alternativas, nesses encontros. Vendo o que está acontecendo aqui no nosso trabalho, observa-se que a representatividade do município de Uruguaiana praticamente inexistente – lamentavelmente, parece haver muito pouco interesse no município. Eu, agora falando como cidadão uruguaiense, faço essa crítica. Se conseguimos trazer um evento como esse para uma cidade igual a Uruguaiana, então se deve aproveitar ao máximo. Só que isso é difícil. Acho que a representatividade começa nesse momento. Quanto ao próprio Legislativo, por exemplo, não conheço ou conheço muito pouco os vereadores de Uruguaiana. O senhor é um deles, mas creio que não tenha visto outros vereadores aqui, não é? Então, digo assim, apoio a sua ideia, mas aproveite e faça uma crítica como cidadão uruguaiense. Gostaria de parabenizar o colega de Santa Catarina, Flávio Berté, porque realmente a questão da fronteira é difícil, nós sabemos.

Nós temos, aqui, Argemiro Rocha, com quem trabalhamos nas ações lá na tríplice fronteira, e estamos tentando há muito tempo criar o Conselho do Parque Estadual do Espinilho – agora, no meu ponto de vista, parece que a burocracia não está deixando. No entanto, realmente, quando conseguimos juntar um grupo de pessoas que tenham o mesmo olhar e o mesmo objetivo, mesmo com todas as dificuldades, conseguimos transformar alguns lugares. Espero que lá em Barra, pelo menos, consigamos chegar ao nosso objetivo, que é melhorar a condição do nosso parque estadual. Eu não sou de Barra, mas estou ajudando nesse sentido. Muito obrigado.

Danilo Rodrigues (secretário de Saúde de Barra do Quaraí)

Bom dia. Fui secretário de Assistência Social por quase oito anos, de 2005 a 2012. Trabalhei bastante nessa área e percebi que nós, brasileiros, por vivermos em uma área de fronteira, perdemos os nossos direitos como cidadãos brasileiros quando passamos a residir a 2 km, 3 km fora de Barra de Quaraí, em um bairro do lado de lá. Atuando na área social, constatei muitos idosos que trabalharam por toda a vida e nunca contribuíram, e têm um amparo essencial que se chama programa de Benefício de Prestação Continuada (BPC). Dessa maneira, a pessoa tem 65 anos de idade e nunca contribuiu para gerir esse benefício. Nós encaminhamos para lá vários desses idosos, os quais, em razão de sua realidade – muitos com 65, 70 anos –, precisam de maiores e melhores cuidados. Por morarem nas fronteiras, muitos têm filhos do lado de lá, e a situação financeira desses filhos, nessa idade, já não lhes permite cuidar do idoso aqui no Brasil.

Afinal, o que o idoso busca? Família. É preciso encaminhar esse idoso, que está com idade avançada e precisa da atenção familiar, para morar onde a família mora. Entretanto, como é do outro lado, no Uruguai, ele perde o direito ao BPC. Imagine a situação: a partir dos 60 anos, quando mais se precisa de recursos para medicamentos, perde-se o direito a esse benefício social, que só é garantido em território brasileiro. Nós vivemos em uma fronteira, então estamos perdendo direitos. O que acontece? Isso faz com que, de alguma maneira, as pessoas burlem a lei e digam que moram em Barra do Quaraí, mas na realidade moram ali do outro lado, a 3 km ou 7 km. Isso faz com que estejam infringindo a lei e que tenham uma punição pela PF por estarem dando declaração falsa de endereço. Nós precisamos ter esse olhar principalmente quanto a esses casos.

Outra situação em que digo que o brasileiro perde o direito, perde o dever de cidadania: ele mora a 5 km de distância e não pode exercer o direito de votar na eleição municipal porque está morando do outro lado e não tem como comprovar residência em Barra do Quaraí. O que acontece? Ele consegue declarações comprovando que mora ali, mas não mora – são declarações falsas. A PF investiga, sabe que há brasileiro votando onde não mora, mas na verdade ele faz com que essa situação ocorra. Isso porque o cidadão está na fronteira, a 7 km, mas ainda não pode escolher o prefeito, o representante de sua cidade, já que tem filhos aqui. Às vezes, esse cidadão tem os pais morando ali do outro lado, mas quer ter o direito de poder escolher, embora não esteja morando aqui, pois a vida social é em Barra do Quaraí. Além disso, o morador da região também tem o interesse de escolher o representante do Executivo, uma vez que isso vai influenciar diretamente a vida dos netos, filhos etc.

Enfim, isso causa um problema bem grande, uma vez que já foi motivo de investigação – o chamado para a “declaração falsa de residência” já esteve na mídia. Ora, nós moramos no lugar em que dissemos que queremos unir os povos. E o indivíduo não pode morar do outro lado, a 2 km, porque perde o direito daqui. Acho que isso precisa ser revisto, e deixo aqui essa minha proposta. A PF faz o papel dela, está correta. Nós temos que mudar a legislação a fim de que isso não aconteça, para que as pessoas não tenham que fazer alguma coisa fora da lei para poder ter um direito no Brasil. Obrigado.

Alexandre Cunha (Ipea)

Por coincidência, sou casado com a coordenadora-geral de regulação de benefícios assistenciais e eventuais do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), e não é verdade que a regulação do BPC não possa ser paga para brasileiros que moram no exterior. O que acontece é que, muitas vezes, o Ministério Público Federal (MPF) interpreta o pagamento do BPC a pessoas que moram no exterior e a estrangeiros que moram no Brasil – que também têm o direito, por lei, a esse benefício – como sendo fraudatório ao sistema, embora a lei diga que não.

O MPF, sem razão alguma, tem um olhar diferente sobre a possibilidade de se pagar o benefício a quem mora no exterior ou a estrangeiros que moram no Brasil, embora a lei permita. A questão não é legal. Acontece que, frequentemente, o ministério cria uma situação adversa com os agentes do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), lembrando a eles que é possível abrir ações de improbidade, inclusive no Executivo – por isso, algumas agências do INSS deixam de cumprir a lei e param de pagar. Portanto, esse é um problema, se ele acontece aqui, da gerência do instituto. Se fizermos uma consulta formal ao MDS, essa será a resposta que o órgão vai enviar. Portanto, é devido o pagamento desse benefício a brasileiro que mora no exterior, se ele preencher os pontos legais.

Fernando Alonso (vereador por Barra do Quaraí)

Quero fazer um questionamento. Não sei se o Ipea ou o MDS poderia entrar com uma nova abordagem sobre essa matéria. Porque se é lei, se é legal, o MPF não pode simplesmente dizer que aquilo ali está errado porque quer que esteja errado. Assim, sugiro que o Ipea faça uma provocação; vamos fazer também na Câmara dos Vereadores, para saber realmente o que é legal, o que não é legal. Como o secretário Danilo Rodrigues comentou, o governo federal solicita que a pessoa faça o cadastramento (o prazo é até 31 de dezembro para a atualização), e quem não o fizer vai acabar tendo o benefício suspenso. E essa pessoa que está vivendo do outro lado, que endereço ela vai citar? Sei que o Ipea não veio para trazer soluções, mas é um problema para o qual temos que buscar soluções também. Então, é uma provocação que o secretário trouxe, e gostaria que ficasse um encaminhamento para que se procure saber a recomendação correta e por que o MPF interpreta diferente.

Alexandre Cunha (Ipea)

Interpretar diferente é praticamente só o que o MPF faz. A lei é essa, essa é a regulamentação – se você fizer uma consulta formal com um ofício ao departamento de benefícios sociais do MDS, essa será a resposta pronta que você vai receber. Essa é a lei. Eles não podem criar uma norma operacional, quem cria as normas operacionais é o INSS, e esse é um dos problemas que têm sido operacionalizados pela assistência social. A posição do ministério, porém, é baseada na lei. Nós tivemos esse mesmo problema lá em Pacaraima (Roraima), e a secretária da assistência social nos falou que “não há problema algum, pode pagar”.

Fernando Alonso (vereador por Barra do Quaraí)

O problema focalizado não é a questão de pagar ou não o benefício, o problema é das pessoas que moram do lado do Uruguai e vêm votar no Brasil e são obrigadas a ter um endereço aqui. Essa é a questão. Essas pessoas dão um endereço que não existe ou dizem que moram todos da família na mesma casa e não moram, moram do outro lado. Essa é a questão.

Alexandre Cunha (Ipea)

Isso não tem solução.

Bolívar Pêgo (Ipea – moderador)

Aí já envolve, também, a legislação eleitoral. Eu gostaria de registrar a presença do senhor Jorge Cartagena, do observatório de fronteira de Montevideú. Obrigado pela presença do senhor. Temos mais uma fala e nós encerramos. Por gentileza.

Lay Lacerda (Associação Amigos do Rio de Canoagem)

Gostaria só de reforçar, aproveitando a presença do vereador aqui, a proposta que a nossa associação apresentou no seminário de Bella Unión, no Uruguai, a respeito da criação de uma carteira, como essa que temos com a Argentina, na área de navegação no rio Uruguai. De vez em quando, enfrentamos problemas com a Marinha argentina porque, como o rio é muito extenso e largo, não sabemos em que lado estamos navegando. Assim, gostaria de reforçar a nossa proposta que foi feita lá no seminário, quanto à criação de uma carteira tanto para o pessoal que navega de forma esportiva, a exemplo da nossa associação, quanto para os pescadores, os quais utilizam o rio Uruguai e, às vezes, involuntariamente, cruzam para o lado argentino, ficando desprotegidos, uma vez que não há como fazer uma migração para navegar no rio.

Portanto, acho que está na hora da tentarmos criar essa carteira para que possamos acessar os dois lados do rio, desde que não se entre em território argentino, e até do Uruguai, mas que se possa navegar pelos dois lados sem ter problemas com as autoridades. Essa proposta está sendo encaminhada por meio do relatório daquele seminário e vai chegar a vocês, mas eu gostaria de aproveitar a ocasião para reforçar. Obrigada.

Bolívar Pêgo (Ipea – moderador)

Muito obrigado. Então, encerramos os nossos trabalhos. Queremos mais uma vez agradecer a presença de todos vocês e aproveitar para agradecer as excelentes apresentações que tivemos hoje. Além disso, queremos contar com a presença de vocês à tarde, para que finalizemos o nosso trabalho em grupo.

